

### SOCIAL WORK AND EDUCATION: REFLECTIONS ON THE BOOK BRICKS AGAINST WALSS

Inaê Carvalho Ferreira<sup>1</sup> Sheila Amaral Rosa<sup>2</sup>

#### **RESUMO**

O presente artigo tem como objetivo central propor reflexões sobre o trabalho do Serviço Social na área da Educação a partir das contribuições presentes no livro "Tijolos contra muros: contribuições críticas do Serviço Social na Educação" publicado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na área da Educação (GEPESSE), em 2022. O procedimento metodológico eleito foi a pesquisa bibliográfica a partir da obra citada e de outros autores que contribuem para o entendimento da política de educação, bem como compartilham da luta por uma educação pública, laica, crítica e socialmente referenciada. A reflexão teórica indica em seus resultados algumas contribuições sobre o tema e possíveis orientações para a categoria profissional em Serviço Social.

Palavras-chave: serviço social; educação; política de educação.

Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual "Júlio de Mesquita Filho"
UNESP, campus Franca. Membra do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na área da Educação. E-mail: inae.ferreira@unesp.br.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Bacharela em Humanidades pela Universidade Federal da Bahia. Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. Membra do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na área da Educação. E-mail: sheila.amaral@ufba.br.

**ABSTRACT** 

The main objective of this article is to propose reflections on the work

of the Social Service in the area of Education based on the

contributions in the book "Bricks against walls: critical contributions

from the Social Service in Education" published by the Group of

Studies and Research on Social Service in the area of Education

(GEPESSE) in 2022. The methodological procedure chosen was

bibliographical research based on the work cited and other authors

who contribute to the understanding of education policy, as well as

sharing the struggle for a public, secular, critical and socially

referenced education. The results of the theoretical reflection indicate

some contributions on the subject and possible guidelines for the

professional category in Social Work.

**Keywords:** social work; education; education policy.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe reflexões sobre a interface entre Serviço Social e Educação a

partir das ricas contribuições presentes no livro "Tijolos contra muros: contribuições críticas

do Serviço Social na Educação", publicado em 2022. A obra é fruto de um trabalho coletivo<sup>3</sup>

desenvolvido a partir de reflexões teóricas articuladas a experiências profissionais nas

diversas dimensões da vida educativa de segmentos da classe trabalhadora, de assistentes

sociais, autores, pesquisadores e trabalhadores que atuam na área da educação e que

compartilham com a concepção teórico-crítica sobre educação e Serviço Social.

O título fundamenta-se na canção de Roger Waters, um dos fundadores da banda

britânica de rock progressivo Pink Floyd, baixista e principal compositor da banda, que se

destaca no cenário mundial do rock em razão das letras de cunho político expresso nas críticas

<sup>3</sup> O livro em questão foi organizado por Adriana Férriz, Carlos Felipe Nunes Moreira, Eliana Martins, Ney Luiz

de Almeida.

ao autoritarismo e a alienação, ao individualismo, mas sobretudo ao sistema capitalista e seus rebatimentos na vida social e cotidiana.

A música "Another brick in the wall", lançada em 1979, retrata memórias dos primeiros anos de Roger na escola sob o contexto da Guerra Fria e evidencia críticas ao rigoroso sistema de ensino que, comparado a um sistema fabril, descaracteriza as crianças e os adolescentes limitando o desenvolvimento de suas potencialidades, liberdade e criatividade, e padroniza o processo de ensino como formador de uma força de trabalho alienada, passiva e adaptada ao status quo. A figura autoritária do professor também se soma a esses elementos que levam ao isolamento de Roger, como tijolos na parede que ele construiu para se separar da sociedade.

Os organizadores do livro entendem que a contribuição crítica do Serviço Social na educação nos revela a condição de ser muro, porém, ao mesmo tempo em que é, contraditoriamente, liberdade, pois, o trabalho profissional do assistente social, orientado e norteado por um projeto ético-político sedimentado em princípios éticos, nas atribuições e competências profissionais que estão explicitadas nos seguintes documentos: Código de Ética dos(as) Assistentes Social (CFESS, 1993), na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93), bem como nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, que permitem ao profissional realizar análise crítica da realidade e construir estratégias de enfrentamento às expressões da questão social por meio da luta pela consolidação, ampliação e materialização dos direitos sociais, que se dá por meio da instrumentalização das políticas sociais.

Neste artigo, à luz das contribuições de diversos autores presentes no livro, propomos uma reflexão acerca da educação como campo histórico de disputa, influenciado pela tensão entre os interesses do capital e do trabalho. Exploramos, ainda, as influências da racionalidade neoliberal na educação, examinando suas repercussões na questão social, com ênfase nas questões étnico-raciais e de gênero. Destacamos o papel fundamental do Serviço Social na compreensão dessas dinâmicas e na atuação profissional esse campo, visando a uma educação emancipatória que confronte as desigualdades e promova uma sociedade mais justa e inclusiva.

2 REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NA ÁREA DA EDUCAÇÃO E SUAS CONTRIBUIÇÕES FRENTE A OFENSIVA CAPITALISTA

Compreender a Política de Educação implica uma apreensão para além do estudo das legislações, pois caracteriza-se como um espaço de tensão e disputa por projetos políticos e societários, que resultam no acirramento da questão social. Posto isso, a análise da política educacional requer conjuntamente a apreensão da dinâmica e das crises da sociedade capitalista, uma vez que, a escola pode desenvolver concepções de conhecimento que, de acordo com Duarte e Saviani (2021), em vez de desvelar a natureza das relações sociais da sociedade capitalista e seus efeitos nos processos e exploração, alienação e desigualdade social, as mascaram. Assim, no atual modo de produção capitalista, não só no senso comum, mas em textos de economia, sociologia, psicologia, educação, história etc., as concepções de ser humano, sociedade, formação e educação dominantes têm sido a da classe detentora do capital (Frigotto, 2022, p.14).

Por isso, refletir, trabalhar, militar na área da educação é uma responsabilidade, que deve ser partilhada por inúmeros profissionais, não sendo tarefa exclusiva do(a) professore(a)s e pedagogo(a)s, e inclui como desafio a construção multidisciplinar e interdisciplinar em todos níveis e modalidades de ensino, ou seja, da educação básica à educação superior. Considerando, como Gramsci (2000, p.18) "[...] que todos os homens (mulheres) são intelectuais, mas nem todos os homens (mulheres) têm na sociedade a função de intelectuais.", a educação pode cumprir um papel central na socialização do conhecimento historicamente construído e na formação do ser social, o que atribui aos profissionais que trabalham na educação e/ou com educação uma importância central (Férriz et. al., 2022, p.8).

Logo, é importante compreender que "a escola que conhecemos se constituiu no mesmo processo histórico da gênese e da consolidação do modo de produção capitalista" (Duarte; Saviani, 2021). De acordo com Frigotto (2022), a escola projetada pela burguesia como classe revolucionária tinha a função de integrar as novas gerações a uma nova cultura na sociedade moderna, a qual ao mesmo tempo que se contrapõe a sociedade feudal implanta uma outra estrutura de classe. E essa nova organização tem efeito no desenvolvimento de uma educação dualista que se manifesta em uma escola voltada para a formação integral dos filhos dos detentores do capital e uma escola mais prática e apassivadora para a formação de força de trabalho.

Portanto, as contribuições da filosofia da educação são fundamentais para compreender os desdobramentos e contradições da política de educação, especialmente

situada no sistema capitalista, pois a escola é um dos meios de transmissão de ideias e valores que justificam as práticas sociais presentes.

De acordo com o professor Saviani (2018 apud Aranha, 1989, p.42), o ato de filosofar pressupõe uma reflexão radical, rigorosa e de conjunto, ou seja, a filosofia da educação exige que os fundamentos da educação sejam analisados mediante método rigoroso e crítico a partir da perspectiva de conjunto, relacionando o aspecto da educação com os demais aspectos da totalidade em que está inserido.

É a filosofia que permite o distanciamento para a avaliação dos fundamentos dos atos humanos e dos fins a que eles se destinam, levantando, consequentemente, o problema dos valores. É a filosofia que reúne o pensamento fragmentado da ciência e reconstrói na sua unidade (Aranha, 1989, p. 43).

Isso significa dizer que a investigação filosófica implica fundamentação teórica em diálogo permanente com a ética e a política para compreender a educação como transmissora de uma cultura atribuída de significados que dão sentidos às experiências vividas. Então, o ato de filosofar sobre a educação é importante para desvelar os valores e os objetivos que orientam a ação.

O princípio educativo é intrínseco ao trabalho, pois é por ele e nele que se materializa as objetivações materiais e subjetivas por meio da sociabilidade, universalizando os saberes e criando e recriando necessidades sociais e formas de satisfazê-las, transformando os sentidos, habilidades e potencialidades. Por isso o trabalho é o fundamento ontológico-social do ser social para Marx (Barroco, 2001, p.26).

O desenvolvimento das potencialidades humanas é mediatizado pela prática social e pela cidadania política, o que significa a democratização dos instrumentos de leitura da realidade social, permitindo aos seres reconhecerem-se como sujeitos de direitos sociais, políticos, econômicos, culturais e subjetivos, assim como a capacidade de organização para poder fruí-los.

Contudo, observamos que na sociedade capitalista o trabalho acaba por se realizar negando as potencialidades emancipadoras humanas, em razão da alienação da atividade que atribui identidade humana ao sujeito e do objeto fruto dessa atividade. Como a produção encontra-se no centro das relações sociais, também se aliena as relações do sujeito consigo e

com os outros, reforçando comportamentos individualistas e valores expressos como posse e consumo.

Consequentemente, a partir da década de 1950, após duas guerras mundiais, as tensões de classes ocasionadas pelo acirramento da crise do sistema capitalista somadas a expansão do socialismo em clima político de Guerra Fria impulsiona a construção da noção de "capital humano" pelos dirigentes e intelectuais do sistema capitalista. Trata-se de uma perspectiva integradora da educação escolar ao mundo do emprego (Frigotto, 2022, p.21-22), visto que a tese de Theodore Schultz apresenta que o investimento em educação acumula conhecimento e habilidades necessárias para a venda da força de trabalho, como estratégia de integrar os países periféricos no desenvolvimento dos países centrais do capitalismo.

A tese do capital humano fica desnudada quando buscamos responder a seguinte questão: os países pobres, subdesenvolvidos e os indivíduos pobres assim o são porque "escolheram" não ter escolaridade, pouca escolaridade ou uma precária escolaridade ou porque os países colonizados e de capitalismo dependente e os filhos da classe trabalhadora não alcançam os níveis mais elevados de escolaridade e em escolas de melhor qualidade, pois são mantidos na pobreza por relações de dominação e exploração pelas classes detentoras do capital? (Frigotto, 2022, p.22).

A noção de capital humano além de adulterar o movimento do capital, que se traduz não mais na relação social entre capital e trabalho mas reduz o ser humano a uma coisa ou mercadoria, também transforma a educação em moeda de troca.

A partir da década de 1960, a combinação do esgotamento da estruturação produtiva, o avanço tecnológico junto ao agravamento do desemprego pela introdução de técnicas poupadoras de mão de obra, e o aumento dos gastos sociais permitem, a partir da década de 1970, mais uma crise econômica mundial de caráter estrutural do capitalismo. Nesse mesmo contexto, como uma reação teórica burguesa a obra de Friedrich Hayek, O caminho da servidão (1987), defende a competição como característica natural do ser humano e reconceitua as ideias liberais do século XVIII em neoliberalismo, fundamentando a crise em erros institucionais, econômicos e ideológicos do Estado em suas formas de intervenção, sobretudo mediante socialismo e keynesianismo.

Fruto desse movimento, a cartilha do Consenso de Washington<sup>4</sup> de 1989, determina um conjunto de medidas formuladas por economistas de instituições financeiras mundiais, como Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI), que atua como um receituário para o ajuste das economias, especialmente dos países de capitalismo dependente, como redução de gastos públicos, investimento estrangeiro direto, privatizações e desregulamentação das leis trabalhistas e econômicas. Inclusive, de acordo com Gohn (2002, p.60), o neoliberalismo modelou as políticas educativas públicas estatais no Brasil recomendando a não politização dos temas sociais.

Em síntese, seu principal objetivo era atualizar a relação de dependência de países da periferia capitalista sob o discurso de "progresso" que, contraditoriamente, tira das próprias nações a autonomia sobre o que é feito da sua terra e de seus cidadãos. Trata-se de uma política imperialista que conduz à neocolonização dos países da periferia, uma vez que passa a estabelecer a forma de distribuição das riquezas socialmente produzidas e o nível de emprego da população dos respectivos países.

Tendo em conta as diferentes realidades, mas de um modo geral, o consenso de Washington teve consequências negativas como o aumento do desemprego, da inflação, das taxas de juros, além do agravamento das desigualdades sociais. Por fim, a cartilha foi abandonada após revisão das instituições financeiras, em 2004, mas deixou vestígios que prevalecem até hoje e que viabilizam o avanço do neoliberalismo.

Segundo Behring e Boschetti (2017), a política neoliberal se caracteriza, primeiramente, por um Estado forte para romper com as políticas de bem-estar social, seguindo com a precarização das relações de trabalho e ampliação de ofertas de empregos informais e subempregos, para em um segundo momento a intervenção do Estado tornar-se mínima, com políticas públicas sociais descentralizadas e direitos sociais focalistas e fragmentados.

Dardot e Laval (2016) caracterizam o neoliberalismo como uma racionalidade que "tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados". Segundo essa perspectiva, a racionalidade neoliberal atravessa a 'coisa

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> O Consenso de Washington de 1989, de acordo com Batista (1994), foi uma reunião na capital dos Estados Unidos dos funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados, com o objetivo de avaliar as reformas empreendidas nos países latino americanos.

pública', não buscando tanto a retirada do Estado, mas sua transformação em um 'Estado Gerencial' ou 'Estado-empresa'. Nessa transformação, onde a ação pública passa a ser regida pelas leis do mercado e da concorrência, e conceitos oriundos da gestão privada, como competência, produtividade, eficácia e eficiência das ações, são integrados na esfera pública<sup>5</sup>.

No entanto, cabe ressaltar que a racionalidade neoliberal não se restringe a delinear políticas e estratégias governamentais, mas estende-se para as dinâmicas sociais e individuais, exercendo uma influência profunda na maneira como os indivíduos percebem e se engajam na sociedade. As contribuições de Frigotto e Lessa, presentes neste livro, convergem para o debate sobre as repercussões da racionalidade neoliberal na educação. Frigotto traça um percurso que aborda a emergência de noções como 'sociedade do conhecimento', 'qualidade total', 'pedagogia das competências', 'empregabilidade' e 'empreendedorismo'<sup>6</sup>, enquanto Lessa suscita o debate sobre a expansão da precarização e os impactos da qualidade na formação de trabalhadores de baixa escolaridade.

Frigotto<sup>7</sup> argumenta que à medida que o capitalismo enfrenta crises mais profundas, o desemprego estrutural e diversas formas de exploração da classe trabalhadora aumentam. Nesse contexto, surge uma relação cada vez mais dissimulada e ideológica entre emprego, desemprego e educação. Isso ocorre na medida em que o sistema capitalista utiliza a educação para perpetuar as estruturas de desigualdade e exploração, uma vez que à classe trabalhadora, é negada uma educação que lhes permita compreender a dinâmica da sociedade e as estruturas da produção e reprodução das relações sociais capitalistas. Em vez disso, as instituições educacionais são orientadas a moldar os indivíduos de acordo com as necessidades e objetivos da produção, contribuindo para a reprodução das condições que mantêm a desigualdade social e a exploração econômica, onde a "a mão de obra deve ser disponível, polivalente, capaz de se autogerenciar, agressiva na competitividade e dócil na submissão" (LESSA, 2022, p. 102).

A política de educação, portanto, é uma das políticas sociais que resiste diariamente aos rebatimentos da política neoliberal hegemônica, frente às reformas educativas de ajuste dos sistemas educacionais à nova ordem mundial e a apropriação do desenvolvimento do conhecimento e tecnológico usado pelo capital para velar a natureza das relações sociais e de

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Cf. DARDOT; LAVAL, 2016, cap. 8.

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> FRIGOTTO, 2022, p. 23.

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> FRIGOTTO, op. cit., p. 20.

produção nessa sociedade visando a manutenção da dominação e exploração da força de trabalho.

Não por acaso que a "pedagogia das competências" se tornou dominante na orientação das propostas pedagógicas, sendo pilar estruturante da Reforma do Ensino Médio e estímulo para a adoção do trabalho de desenvolvimento das competências socioemocionais pela Base Nacional Comum Curricular.

Todavia, a pedagogia das competências deriva de relações sociais concretas de ultraindividualismo, de desmonte dos direitos sociais e coletivos e das políticas universais. Não se refere à educação integral e unitária e nem ao direito ao trabalho, mesmo que seja sob a forma de trabalho explorado ou emprego. Vincula-se a uma visão mercantil e ao trabalho flexível, instável e precário. A pedagogia das competências, como analisa Ramos (2002), constitui-se por processos pedagógicos pragmáticos, fragmentados e de adaptação aos processos de intensificação e exploração do trabalho (Frigotto, 2022, p.23-24).

Conforme Kuenzer (2005, pp. 91-94 *apud* Saviani, 2019), a concepção pedagógica dominante pode ser caracterizada por meio de duas expressões aparentemente paradoxais e contrárias entre si: "inclusão excludente" e "exclusão includente". A estratégia opera com o propósito de ampliar a universalização do acesso ao ensino, mas desconsidera a qualidade e a aprendizagem efetiva que viabiliza o ingresso no mundo do trabalho. Excluída do trabalho formal, grande parte da classe trabalhadora é compelida a aceitar condições precárias de trabalho e trabalhos informais.

As proporções da reestruturação produtiva neoliberal rebatem diretamente na classe trabalhadora, culminando não somente na perda do poder aquisitivo, mas também da segurança dos direitos sociais, sobretudo do direito ao trabalho, submetendo-a a condições precarizadas de vida. Agregado a isso, a alienação do trabalhador e a lógica da mercantilização, juntamente com elementos ideológicos, como o culto ao empreendedorismo, segundo Behring no XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (2022), sobrepõem a ideia de indivíduos sobre a ideia de sociedade e alimenta a perspectiva meritocrática. Fatos determinantes na desqualificação da organização coletiva da população.

As expressões dessa tensão entre capital e trabalho, denominada questão social, manifestam-se não só no empobrecimento geral da população que luta para sobreviver em uma sociedade marcada pelo desemprego estrutural e pelas condições precarizadas de trabalho, pela insegurança alimentar, pelo aumento da violência, mas também pelo

epistemicídio e ocultação das contribuições culturais, sociais e políticas de grupos historicamente subalternizados.

Nesse contexto, a questão social expressa mais que desigualdade e pobreza, expressa a banalização do humano, resultante da descaracterização da cidadania ao associá-la ao consumo, ao mesmo passo que desregulamenta os direitos do trabalho e desapropria o trabalhador dos meios de produção e da riqueza socialmente produzida. Expressa a indiferença ante os enormes contingentes de trabalhadores submetidos a uma pobreza produzida historicamente e a regressão na esfera dos direitos para atender às necessidades do capital.

A questão social é a matéria prima do Serviço Social, cujo trabalho profissional consiste na instrumentalização das políticas sociais buscando a garantia do acesso aos direitos sociais, bem como a ampliação e a materialização deles, em qualquer espaço ocupacional. Mas mais do que isso, compreender como os rebatimentos do sistema capitalista recaem sobre segmentos específicos da população. Compreender esses rebatimentos implica reconhecer, conforme apontado por Gonçalves (2018), que a efetiva inclusão dos trabalhadores pertencentes a segmentos subalternizados na sociedade brasileira como membros plenos e reconhecidos tem sido um processo prolongado e desafiador.

Os apontamentos de Gonçalves coadunam com as ricas contribuições de Almeida, Damasceno<sup>8</sup> sobre as repercussões das questões étnico-raciais e de gênero na educação brasileira presentes na segunda parte do livro. Gonçalves aponta a questão racial como nuclear à questão social. Uma vez que a questão social é produzida pelo capitalismo, a questão racial faz parte "das relações que impulsionam e dinamizam a sociedade burguesa" (Gonçalves, 2018, p. 519).

Almeida e Damasceno<sup>9</sup>, por sua vez, ao abordarem as "relações raciais" como um tipo específico de relações sociais que se constituem no bojo da sociedade brasileira, destacam a importância de apreender como as relações sócio-raciais "refletem a estrutura de poder baseada e raça e sexo" desde o Estado colonial até os dias atuais. A análise das autoras aborda a persistência do racismo no cotidiano brasileiro, especialmente nas instituições

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> As autoras Almeida e Damasceno, juntamente com Rodrigues e Monteiro abordam no livro as questões raciais, de gênero e indígena na educação.

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> ALMEIDA; DAMASCENO, 2022, p. 64.

educacionais. Elas elucidam como a naturalização e a desvalorização da violência inerente nas relações de poder perpetuam a marginalização da população negra - e aqui, acrescenta-se, de povos tradicionais e originários. Assim,

Tratar da reprodução do racismo na educação brasileira perpassa por violentos processos macro e microssociais, expressos em discriminações e preconceitos raciais tanto institucionais quanto individuais, e pressupõe o entendimento a respeito do racismo como estrutural e estruturante das relações sociais [...] Na política social de Educação, o racismo vai se expressar tanto de forma objetiva e material, quanto nas subjetividades. Para Mészáros (2008), os processos educacionais e sociais mais abrangentes de produção e reprodução das relações sociais estão intimamente ligados e as instituições formais de educação são uma parte importante do sistema global de internalização. As Instituições formais de educação, enquanto aparelhos da política social, vão contribuir ativamente com esses processos, conformando diferenças entre grupos sociais, alicerçada tanto na desigual divisão social, racial e sexual e técnica do trabalho quanto nas representações subalternizadas (ideologias) por raça, gênero e classe, atuando concomitantemente (Almeida; Damasceno, 2022, p. 69, grifo nosso).

Nessa perspectiva, diante da complexidade intrínseca das relações entre a questão social, o exercício do Serviço Social e os desafios contemporâneos, é imperativo reconhecer que a materialização dos direitos sociais se vê incessantemente confrontada pela persistência de estruturas excludentes, cujos alicerces não se limitam apenas à categoria classe, mas também se estendem e se moldam pela interseção complexa das categorias de raça e gênero. Conforme o debate suscitado pelas autoras, a inclusão plena dos segmentos marginalizados continua a ser um processo em curso, marcado por obstáculos persistentes. No entanto, o campo educacional emerge como um epicentro desse embate, revelando-se não apenas como um reflexo, mas também como um agente ativo na reprodução das desigualdades. Desta forma, a influência do Serviço Social nesse contexto não só se concentra na instrumentalização das políticas sociais, mas também na compreensão e enfrentamento das expressões da questão social presentes no âmbito educacional.

Contraditoriamente, o assistente social trabalha com demandas promovidas pelas expressões da questão social das famílias, que estão cada vez mais fragilizadas pela desregulamentação das leis trabalhistas, ao mesmo tempo em que é também acometido pelos efeitos da descaracterização do trabalho na sociedade capitalista, limitando o fazer profissional pautado em valores e projetos sintonizados com as leis e diretrizes que regulamentam a profissão e a direção social materializados no Projeto Ético Político

Profissional. Para Franco, Druck e Seligman-Silva (2010 apud Raichelis, 2011, p.435), os "profissionais impedidos de exercer sua ética profissional adoecem de fato. Trata-se de uma dinâmica institucional que desencadeia desgaste e adoecimento físico e mental".

O avanço neoliberal sobre a educação pública prepara um terreno fértil para a reatualização de projetos conservadores e assistencialistas da profissão, que atuam na individualização e culpabilização das crianças e adolescentes e de suas famílias, inclusive na psicologização das expressões da questão social, bem como na desresponsabilização do Estado no trato da questão social como política pública.

Entretanto, a educação apresenta uma dualidade marcante. Conforme ressaltado por Silveira (2022), por um lado, ela serve aos interesses da classe dominante, perpetuando e reproduzindo as estruturas sociais estabelecidas, mas, por outro lado, pode constituir um espaço significativo de resistência. De acordo com a perspectiva de Mészáros<sup>10</sup>, Silveira esclarece que para a construção de 'uma educação para além do capital', é imperativo concebermos um projeto societário que transcenda as limitações do capitalismo. Isso implica reconhecer que dentro das instituições educativas há uma disputa entre distintos projetos sociais e educacionais e que, apesar da inclinação para reproduzir as hierarquias sociais, esses espaços também podem ser explorados para promover projetos educativos emancipatórios, os quais almejam a participação ativa, a mobilização e o empoderamento dos sujeitos inseridos no processo educativo.

A visão crítica sobre as instituições formais de educação não se restringe somente ao reconhecimento da existência do problema, mas também à proposição de transformações estruturais. Isso inclui a revisão dos conteúdos pedagógicos, a promoção da diversidade e representatividade no espaço institucional, o fomento a espaços de diálogo e reflexão sobre questões étnico-raciais, de gênero e sexualidade, além do desenvolvimento de políticas educacionais que busquem ativamente a equidade e o enfrentamento às desigualdades sociais.

A partir dessa ótica, o papel dos profissionais da educação se torna ainda mais significativo, pois são eles que podem desafiar e transformar essas estruturas. O engajamento ativo na promoção de uma educação anti-racista-patriarcal-capitalista e inclusiva é fundamental para romper com a reprodução de estereótipos, preconceitos e exclusões que

-

<sup>10</sup> MÉSZÁROS, 2008 apud SILVEIRA, 2022, p. 146.

historicamente têm marginalizado minorias sociais que, contraditoriamente, constituem a maior parte da população brasileira.

As análises de Moreira (2022, p. 162) destacam que "a prática no Serviço Social é essencialmente educativa", baseando-se na compreensão de que a hegemonia burguesa se mantém, em parte, pela aceitação ativa ou passiva do consenso de classe. No entanto, ele aponta uma contradição intrínseca no âmbito do Serviço Social: ao atuar, essa prática pode simultaneamente atender aos interesses da classe dominante e às necessidades imediatas dos trabalhadores<sup>11</sup>. Nessa perspectiva, o autor salienta que o entendimento teórico desse processo é fundamental para os assistentes sociais, possibilitando uma prática mais alinhada aos interesses de uma classe em relação à outra. Essa visão ressalta a importância de uma compreensão profunda das dinâmicas de poder e das estruturas sociais, capacitando os profissionais a atuarem de forma consciente e engajada, buscando equilibrar as demandas e necessidades das diferentes classes sociais envolvidas.

Na política de educação, o trabalho do Serviço Social articula-se com a esfera dos direitos e contribui significativamente na construção de estratégias de ação a partir do entendimento de que o processo de ensino-aprendizagem é perpassado pelas expressões da questão social. Contribui, inclusive, na gestão democrática e na reflexão sobre a qualidade da educação.

Embora se reconheça a dimensão estratégica das ações voltadas para a garantia do acesso e da permanência na educação escolarizada, no âmbito da política educacional - sem perder de vista as contradições que as atravessam -, elas não esgotam o potencial e o alcance do trabalho profissional dos/as assistentes sociais. A atuação direcionada para a garantia da gestão democrática e da qualidade da educação indica outras dimensões que também se inscrevem no conjunto das lutas sociais pelo reconhecimento e ampliação da educação pública como um direito social, evidenciando sua sintonia com os princípios ético-políticos que norteiam a atuação profissional. Reafirma, portanto, a compreensão de que o trabalho do/a assistente social, no campo da educação, não se restringe ao segmento estudantil e nem às abordagens individuais. Envolve também ações junto às famílias, aos professores e professoras, aos demais trabalhadores e trabalhadoras da educação, aos gestores e gestoras dos estabelecimentos públicos e privados, aos/às profissionais e às redes que compõem as demais políticas sociais, às instâncias de controle social e aos movimentos sociais (CFESS, p.38).

A luta pela afirmação e ampliação dos direitos é também uma luta contra o capital. Isso requer rigor teórico-metodológico para ler a realidade e suas contradições no movimento dialético da história, e estratégias políticas para propor ações transformadoras, materializando,

\_

<sup>&</sup>lt;sup>11</sup> IAMAMOTO, 1982 apud MOREIRA, 2022, p. 162.

assim, o Projeto Ético-Político Profissional, mediante articulação entre a categoria enquanto cidadãos e trabalhadores como parte de um "sujeito coletivo" e sustentação em forças sociais que partilhem um projeto comum de sociedade.

As lutas pela educação envolvem a luta por direitos e são parte da construção da cidadania [...]. O tema dos direitos é fundamental porque ele dá universalidade às questões sociais, aos problemas econômicos e às políticas públicas, atribuindo-lhes caráter emancipatório. É a partir dos direitos que fazemos o resgate da cultura de um povo e de uma nação, especialmente em tempos neoliberais que destroem ou massificam as culturas locais, regionais ou nacionais. Partir da ótica dos direitos de um povo ou agrupamento social é adotar um princípio ético, moral, baseado nas necessidades e experiência acumulada historicamente dos seres humanos e não nas necessidades do mercado (Gohn, 2006).

Em suma, a atuação profissional direcionada para permanência, a gestão democrática e a qualidade da educação diz respeito a luta por uma educação que viabilize o movimento dialético entre o desenvolvimento crítico da consciência e a formação integral dos sujeitos enquanto cidadãos, a partir da democratização e socialização de conhecimentos culturais e científicos historicamente acumulados, possibilitando a leitura crítica da realidade e o trabalho coletivo para a transformação social e a efetivação da cidadania, fundamentada no fortalecimento e ampliação dos direitos, na cultura e práticas sociais alicerçadas no respeito à diversidade humana. Ao mesmo passo que se baseia na recuperação do vínculo do trabalho como direito e fundante do ser social e criativo e articulada a uma perspectiva classista, anti racista-patriarcal-capitalista e adultocêntrica.

Sob essa perspectiva, é relevante destacar a importância da Educação Popular para a prática profissional do Serviço Social na área educacional. Farage e Helfreich (2022, p. 178) evidenciam que a dimensão de classe permeia as ações da Educação Popular, influenciando o processo formativo e contribuindo para a formação da consciência. Ao integrar-se à esfera educacional, o Serviço Social encontra na Educação Popular uma ferramenta essencial para fomentar a formação crítica dos indivíduos e para a compreensão de suas condições de classe. Segundo as contribuições dessas autoras, a educação popular, ao longo da história, não apenas resgata narrativas e culturas silenciadas, mas também cria um ambiente propício para o desenvolvimento de uma consciência socialmente crítica, enfatizando a importância das dinâmicas de classe na construção do conhecimento e da identidade dos sujeitos envolvidos.

Assim, a Educação Popular, ao ser inserida como instrumento no exercício profissional do Serviço Social, pode favorecer a capacitação das/dos profissionais para

leituras críticas da totalidade do cotidiano profissional e das políticas com que atuam, bem como para a identificação e enfrentamento das desigualdades estruturais.

#### 3 CONCLUSÃO

Ao analisar as contribuições dos diversos autores e autoras que compõem o livro "Tijolos contra muros: contribuições críticas do Serviço Social na educação.", é notável a riqueza de perspectivas que convergem para um entendimento profundo dos impactos do neoliberalismo na educação e na sociedade em geral. As reflexões sobre a transformação do Estado, a inserção das políticas de gestão privada na esfera pública e os rebatimentos dessas mudanças na educação revelam a complexidade das relações sociais frente aos ideais impostos pelo sistema capitalista.

A convergência dos argumentos apresentados pelos autores e autoras sublinham a centralidade do Serviço Social na compreensão e enfrentamento dessas realidades. Desde a análise crítica das políticas educacionais até a promoção dos direitos sociais, a atuação do Serviço Social emerge como um agente ativo na luta pela democratização da educação, pelo reconhecimento das diferenças e pela desconstrução das estruturas desiguais que permeiam a sociedade.

Além de oferecer análises profundas das dinâmicas educacionais sob a ótica neoliberal, o livro traz uma abordagem enriquecedora ao incorporar experiências da educação básica e superior. Ao explorar esses dois níveis educacionais, as contribuições dos autores e autoras ganham uma amplitude que não apenas contextualiza as políticas educacionais, mas também ilustra as complexidades inerentes aos diferentes estágios de formação. As experiências na educação básica e superior destacam as nuances e particularidades que permeiam a atuação do Serviço Social em ambos os cenários. Assim, se enriquece ainda mais a compreensão do leitor sobre a interseção entre as políticas públicas, a prática profissional e a construção de uma educação mais inclusiva e emancipatória.

Ademais, contextualização das questões étnico-raciais, de gênero e de classe no ambiente educacional reforça a importância de uma abordagem que reconheça e valorize as diversidades culturais e sociais, ao mesmo tempo em que busca promover uma consciência crítica e a compreensão das dinâmicas sociais que perpetuam as desigualdades. Mas também

apontam para uma visão esperançosa e engajada sobre o papel transformador do Serviço Social. As ideias centrais dos autores e autoras fornecem um arcabouço teórico e prático para a atuação profissional, destacando a relevância do campo educacional como um espaço estratégico de resistência e de promoção de projeto de sociedade emancipatório e é o elo com a Educação Popular que a atuação profissional nesse espaço sócio-ocupacional encontra seu aliado fundamental. Ao se integrarem, o Serviço Social e a Educação Popular potencializam a compreensão das dinâmicas sociais e a identificação das demandas reais da população usuária, ao passo que fortalece a capacidade de análise crítica e de intervenção social.

Por conseguinte, o trabalho do Serviço Social na Educação contribui para o processo de desenvolvimento do elo entre conhecimento e cidadania, buscando assegurar a formação integral das crianças e adolescentes, norteados pela e para a prática social e para o desvelamento das relações sociais na sociedade capitalista, subsidiando a elaboração de projetos pedagógicos, planos e estratégias a partir do fortalecimento da relação escola, família e comunidade, fomentando a democratização e participação nos espaços de planejamento e gerenciamento da política. E, por fim, "ser um tijolo" que aspira unir forças com "outros tijolos" para a derrubada do "muro" - eis o desafio, especialmente dos trabalhadores da educação, dentre eles o assistente social e o psicólogo.

#### REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Magali da Silva; DAMASCENO, Heide de Jesus. RACISMO, EDUCAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL: desafios em tempos de pandemia da COVID-19. In: FÉRRIZ, Adriana Freire Pereira Férriz; MOREIRA, Carlos Felipe Nunes; MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. de (Orgs.). **Tijolos contra muros: contribuições críticas do Serviço Social na educação.** Uberlândia: Navegando Publicações, 2022.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Filosofia da Educação. Moderna, 1989.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Trabalho, ser social e ética. Cortez Editora, 2001.

BATISTA, Paulo Nogueira. O consenso de Washington. A visão neoliberal dos problemas latino-americanos. 1994.

BEHRING, Elaine Rossetti.; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. Cortez editora, 2017.

Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, XVII., 2022, Crise do capital e exploração do trabalho em momento pandêmico: repercussões no Brasil e na América Latina. CFESS, ABEPSS, ENESSO, CRESS, 2022. Disponível em: http://www.cbas.com.br/. Acesso em: 19/10/2022.

Conselho Federal de Serviço Social. *Código de Ética Profissional do/a assistente social.* Brasília: CFESS, 1993.

Conselho Federal de Serviço Social. Lei 8662/93 de Regulamentação da Profissão do Assistente Social. Brasília: CFESS, 1993.

Conselho Federal de Serviço Social. Diretrizes Curriculares. 1996.

Conselho Federal de Serviço Social. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais. 3 série. Grupo de Trabalho do Conjunto CFESS-CRESS Serviço Social na Educação.

DARDOT, Pierri; LAVAL, Christian. A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FÉRRIZ, Adriana Freire Pereira Férriz; MOREIRA, Carlos Felipe Nunes; MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. de (Orgs.). **Tijolos contra muros:** contribuições críticas do Serviço Social na educação. Uberlândia: Navegando Publicações, 2022.

FIGUEIREDO, Kênia Augusta; YANNOUAS, Sivia Cristina; SOUZA, Silvana Aparecida. PASSADO, PRESENTE E DESAFIOS FUTUROS PARA O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: o longo caminho entre o projeto de lei e sua implementação. In: FÉRRIZ, Adriana Freire Pereira Férriz; MOREIRA, Carlos Felipe Nunes; MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. de (Orgs.). **Tijolos contra muros: contribuições críticas do Serviço Social na educação.** Uberlândia: Navegando Publicações, 2022.

FRIGOTTO, Gaudêncio. TRABALHO E FORMAÇÃO HUMANA: desafios e dilemas para os trabalhadores do campo da educação. In: FÉRRIZ, Adriana Freire Pereira Férriz; MOREIRA, Carlos Felipe Nunes; MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de (Orgs.). **Tijolos contra muros: contribuições críticas do Serviço Social na educação**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2022.

GOHN, Maria da Glória. Educação Popular na América Latina no Novo Milênio: impactos do novo paradigma. **Social Science Open Access Repository**. Educação Temática Digital, Campinas/SP, v.4, n.1, p.53-77, dez. 2002. Disponível em: https://www.ssoar.info/ssoar/handle/document/10497 . Acesso em: 25/07/2022.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, v. 14, n. 50, p. 27-38, 2006.

GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez. 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-02592018v21n3p514

LESSA, Simone Eliza do Carmo. A EXPANSÃO PRECARIZADA DA EDUCAÇÃO: a formação de trabalhadores de baixa escolaridade em questão. In: FÉRRIZ, Adriana Freire Pereira Férriz; MOREIRA, Carlos Felipe Nunes; MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. de (Orgs.). **Tijolos contra muros: contribuições críticas do Serviço Social na educação.** Uberlândia: Navegando Publicações, 2022.

MOREIRA, Carlos Felipe Nunes. LIBERDADE, PAULO FREIRE E SERVIÇO SOCIAL: reflexões teórico-práticas sobre o fazer pedagógico de assistentes sociais. In: FÉRRIZ, Adriana Freire Pereira Férriz; MOREIRA, Carlos Felipe Nunes; MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. de (Orgs.). **Tijolos contra muros: contribuições críticas do Serviço Social na educação.** Uberlândia: Navegando Publicações, 2022.

RAICHELIS, Raquel. **O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos**. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul./set. 2011.

SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton. Conhecimento escolar e luta de classes: a pedagogia histórico-crítica contra a barbárie. Autores Associados, 2021.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2019. Ebook. Disponível em:

https://unesp.primo.exlibrisgroup.com/discovery/fulldisplay?docid=alma999546331106341& context=L&vid=55UNESP\_INST:UNESP&lang=pt&adaptor=Local%20Search%20Engine . Acesso em: 10/08/2020.